Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

LIDO EM SESSÃO
Em 03/10/19
1º Secretário

APROVADO
Ata Sessão do dia 03/10/19
Presidente

AUDIÊNCIA PÚBLICA

2º Quadrimestre de 2019

Alagoinhas, 24 de setembro de 2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, à hora regimental, à Câmara Municipal de Alagoinhas realizou uma Audiência Pública de acordo Oficio nº 084/2019 – GAPRE, de autoria do Poder Publico Municipal, para á apresentação do relatório resumido de execução orçamentaria do 4º bimestre/2019, e do relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2019, ao disposto no & 4º, Art. 9º da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Dentre os convidados presentes: Daniel Ivo Néri Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Sra. Roseane Santos da Conceição – Controladora Geral do Município, e os Vereadores Anderson César Baqueiro, Luciano Marcio Santos Almeida, Raimundo Neire Florêncio de Souza, Caio Ícaro Silva Ramos, Noberto Alves Moita "Bebe", Ozeas Menezes de Souza, Gilson Guimarães dos Santos, José Cleto dos Santos Filho, Luciano Sérgio de Jesus Santos, Francisco Ribeiro de Oliveira "Thor de Ninha", João Henrique de Jesus Meirelles Paolilo, Raimundo Alves dos Santos "Gode",

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Edilson Ferreira Lima "Duy do Frango", José Carlos Lins de Lima "Pastor Lins" e Roberto José Torres de Lima. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Roberto Torres transformando a Sessão Ordinária em Audiência Pública, convidando o Sr. Daniel Grave e a Sra. Roseane Conceição para suas explanações. Com a palavra o Sr. Daniel Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Quero saudar a todos os presentes.É um prazer está nesta Casa discutindo as prestações de contas do município. Hoje apresentaremos a prestação de contas do 2º Quadrimestre de 2019 de janeiro á agosto.**Essa apresentação da Receita e despesas está em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente passa a palavra a Sra. Roseane Conceição – Controladora Geral do Município, Sr. Presidente, Sr. Vereadores.**Quero saudar a todos os presentes. Hoje vamos falar de índice de pessoal. **Essa apresentação dos índices e gastos com pessoais com Educação e Saúde está em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente franquia a palavra aos Vereadores com a palavra o Ver. Francisco Ribeiro "Thor de Ninha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. Quando o Secretario disse que teve um incremento do ITIV, foi um decréscimo?Em 2018 foram R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 2019 R$1.592.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil reais). **Responde o Sr.**

Daniel Grave, diz: realmente houve um decréscimo de aproximadamente de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **Com a palavra o Ver. Thor de Ninha,**houve um número menor de investimento por conta do Governo em despesa de capital? Porque tivemos uma redução nesses valores. Significa que o Governo está gastando mal os recursos. No resultado primário teve um déficit no valor R$5.776.822,00 (cinco milhões e setecentos e setenta seis mil e oitocentos e vinte e dois reais) isso indica que precisaria se arrecadar mais R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para cobrir as despesas? A meta fixada da LDO pra 2019 é no valor de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais)pra esse ano? Com relação ao PMAT o valor de quase R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para fazer o levantamento cadastral na cidade não considerado um valor alto? Porque houve um acréscimo na divida do PASEP do ano passado para esse ano e no INSS? Isso significa que o Governo de Joaquim Neto não está pagando o INSS em dias, e parcelando essa divida. Porque houve aumento nos valores dos precatórios? E no aumento no parcelamento da Coelba? Na saúde teve um gasto de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em oito meses é um gasto muito considerável. E não tem medicamentos nos postos de saúde, médicos, não se consegue marcar exames, por isso não conseguimos enxergar esses gastos de forma exagerada. O que foi feita com a

reserva de contingente? Obrigado!**Responde Sr. Daniel Grave, diz:** com relação àsdespesas de capital em 2018foi de R$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões), em 2019 R$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões), aqui tem vários recursos do Governo Federal que independe de nossa vontade, exemplos: Construção das Creches (FNDE) estão todas paralisadas, obras estruturantes (Praça Kenedy e Praça da Juventude se olhar o cronograma dos contratos não vem atendendo o cronograma que a Caixa firmou quando o município assinou esse contrato. Por que? Porque o Governo Federal assumiu 1º de Janeiro com Decreto de Contingenciamento. Então muito contrato de repasse de convênios estão bloqueados. O que dependeu da Fonte 0 foi executado, a da Fonte 24, passamos pelo um período atípico que é o primeiro ano de mandato da União. **Responde Sra. Roseane, diz:** com relação a despesa de capital tiveram no 1º semestre uma paralização nas obras da CAF, por ter que relicitar em virtude do aumento do dólar. Mas que no 2º Semestre está com obras aceleradas. **Retoma a palavra o Sr. Daniel,** com relação a despesa liquidada odéficit de R$ 7.000.000,00 (setemilhões de reais), não é porque pagou mas do que arrecadou, se endividou a mais por isso o decreto de contingenciamento. O resultado primário é um reflexo desse equilíbrio orçamentário fica na casa dos R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Os R$ 16.000.000,00 (dezesseismilhões de

reais) da previsão da LDO, é um cenário baseado na LDO da União. Com relação ao PMAT é um programa que não está inclusivamente ligado a IPTU. Quando cheguei vir um alguns gargalos ao planejamento da cidade, nós (SEPLA e SEFAZ), identificamos que tínhamos que fazer ações de intervenções macro. E poderíamos fazer o Georreferenciamento no setor tributário para recadastramento mobiliário ou imobiliário em 2017 que refletiria 100% no IPTU. O PMAT que pensamos para o município, e essa lei foi aprovada na Câmara para operação de crédito, foi um programa de planejamento urbano da cidade, envolvendo SAAE, SESEP, SECIN , SEMAG, SEFAZ , SEPLA, Vigilância Sanitária, SMTT, dentre outros órgãos. Então nossa proposta do PMAT para Alagoinhas não é simplesmente tirar uma foto, e sim para melhoramento da cidade, incluindo o Plano Diretor. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. Luciano Sérgio, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Seguramente tenho dimensão da importância do georreferenciamento do quanto será importante do município de seapoderar de uma ferramenta como essa. Alagoinhas é uma cidade aquém do que pode ser. Porque não basta lutar para aumentar a arrecadação, precisa ter o município interligado. Do ponto de vista processual, do ponto de vista de sistema. Fizemos visita aos postos de saúde e vimos que não tem interligação. Marca-se consulta de diversas forma mais não se tem um controle

desse processo. E ter o georreferenciamento é uma ferramenta que facilitará todos os processos. Então uma administração pública que pretende enfrentar os desafios que está por vir, não pode largar mão de uma ferramenta como essa. Como fiscalizador do executivo precisamos se apropriar dos produtos. Então com relação georreferenciamento estou propondo que nesse debate se faça o chamamento da academia, os empresários, os funcionários públicos de diversas áreas, dentro outros. Desde já parabenizo a administração que está buscando para que algo seja importante para nossa cidade. **Responde Sr. Daniel Grave, diz,** que essa Câmara aprovou a lei do PMAT por unanimidade. Com georreferenciamento a pessoa poderá fazer qualquer coisa via online através do Portal da Prefeitura. Com relação ao PASEP e INSS aumentou o parcelamento por conta de auto de infração que recebemos nos valores de R$ 35.000.000,00, e de R$15.000.00,00. Mas essa administração sempre pagou o INSS e PASEP do servidor dentro do prazo. Com relação a Coelba fomos autuados com uma divida dos últimos cinco anos na ordem de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), depois recorreram e ficou na Casa de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Tinha vários pontos do município que de dia as lâmpadas ficavam acesas, gerando um consumo excessivo durante esses cinco anos para administração. Hoje temos um controle. Com relação a

precatório temos o RPV de pequenos valores. O maior precatório que foi do AZI e foi liquidado. Com relação à saúde a qualidade dos gastos essa discursão seria interessante com a Secretária Rosania, que tem seis meses a frente da pasta e sinto muita evolução. Mas posso assegurar que está sendo feito 100% de repasse da SEFAZ para SESAU no pagamento de seus servidores. Reserva de Contingenciamento não é dinheiro, e sim orçamento. **Com a palavra o Sr. Presidente,** afirma que Alagoinhas realmente ficou vários meses com as lâmpadas ligadas, e quem paga por essa conta é o município. **Responde Sr. Daniel Grave, diz,** que hoje implantada uma unidade de iluminação. Se colocar um poste na cidade é obrigada a comunicar a Coelba. Por contas dos gastos na iluminação como ficou muito tempo sem comunicar a instituição se levantou uma auditoria na Coelba e autuou o poder público. Agora está tendo um controle da SESEP. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. Com relação ao PMAT que foi um dos primeiros projetos num empréstimo no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de reais, e mim proponho a entrar com Luciano Sérgio com o requerimento para essa audiência pública. Quais foram às ações feitas para o aumento do ICMS? **Responde Sr. Daniel Grave, diz:** está Casa convocou 2017 todos os Secretários, e achei positivo, para apresentar as ações para o

Quadriênio. E dos primeiros pontos nosso era melhorar aumento da arrecadação do ICMS. E buscamos com trabalho de auditoria e fiscalização junto com maiores geradoras de ICMS da cidade em fazer esse acompanhamento. Teve também a participação dos contadores da cidade. Hoje temos uma melhor arrecadação num momento de crise no país aonde arrecadamos R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **Com a palavra Ver. Luciano Almeida, diz:** que viabilizou uma Emenda através do Dep. Paulo Azi, no valor de 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais) para cirurgias eletivas, esses recursos irá fazer três meses e nada foi feito. **Responde o Sr. Secretário, diz:** não vai intervir na programaçãofinanceira desses fundos tanto da Saúde, da Educação, e da SEMAS, só faz os repasses na data prevista.**O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. Gilson Guimarães, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.**Gostaria de saudar a todos os presentes. Não participei do primeiro quadrimestre por que estou chegando agora. Com relação aogeorreferenciamento tentamos na época no período de 2013 a 2016 e não conseguimos. Com essa ferramenta irá beneficiar a população, mais a população precisa participar das reuniões para tirar suas dúvidas. A LRF está com 50,10%, e Rose disse a depender da arrecadação que venha nesse próximo quadrimestre, existe uma previsão de queda, estabilidade ou alta? Ou não existe essa projeção? **Responde**

Sra. Roseane, diz: que traz um número muito interessante considerando as três ultima publicações dos RGFs, o terceiro de 2018, e o primeiro e segundo de 2019 o número está 48%. O terceiro quadrimestre de 2018 considerou uma normativa do tribunal de contas. Quando vem para realidade sem essa instrução normativa, em discursão ou não, vai para 50,10%. Esse número está comportado, os valores de custeio foi direcionado á Secretária de Saúde, não pode pagar salario, mais está impactando positivamente no índice de pessoal. Mas temos um impacto positivo desse número no valor de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) no índice de pessoal. Esse número não será constante. Esse controle desse índice está sendo monitorado mensalmente para que consigamos manter abaixo do prudencial. Isso depende do comportamento da receita. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. José Cleto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Inicialmente quero parabenizar aos Secretários por essa brilhante apresentação e toda equipe técnica. O nosso Governo trabalha com tranquilidade e os números sempre serão mostrados. Com relação à saúde passamos dos 20%. Mas ouvimos a fala dos nobres colegas vereadores com a falta de elementos nos postos de saúde. Isso não condiz com a realidade. A complexidade em fazer saúde, e os recursos destinados são pouco. A demanda é maior que a oferta. Temos uma pessoa a frente da Secretária Municipal de Saúde

de extrema responsabilidade trabalhando diuturnamente para que faça uma saúde melhor. Com relação à Emenda do Deputado Paulo Azi está sendo tomadas todas as providencias. E é mais que uma obrigação do Deputado Federal em trazer investimentos para sua população. Com relação aos buracos da cidade, estamos passando de chuvas, mais o Governo está atento e tomará as medidas cabíveis. O trabalho não para e não ira parar. Obrigado! **Com a palavra o Ver. Thor de Ninha,** no quadro da previsão primaria precisa de R$ 5.776.802,00 (cinco milhões) de reais para cobrir as receitas. Fora o que foi liquidado no valor 8.437.000,00, e com mais R$1.000.000,00 de juros. Somando dá aproximadamente R$ 15 milhões de defect. do Governo Municipal durante esses oito meses. **Responde o Sr. Secretario, diz:** que é uma analise do Vereador e respeita. Dentro da administração financeira tem um defect.no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões) de reais. Foi comprometimento do orçamento de 2019. Liquidou R$251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões de reais) e arrecadou R$ 243.000.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões de reais) mil nominalmente tem um defect. de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Com relação a Coelba toda vez que o município implanta um novo ponto de energia é obrigado a comunicar a Coelba. Em 2018 a Coelba fez uma auditoria do município analisando os últimos cinco anos. Mas só pode cobrar os últimos dois anos com uma divida no valor

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil de reais). Então essa divida foi em nossa administração e tivemos que assumir. **O Sr. Presidente passa palavra ao Ver. Raimundo Alves, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. Qual responsabilidade da Coelba quando se passa um fio pelo um pé de Cajueiro? Com relação a ruas esburacadas, estamos no período de chuva e tenho certeza que o Prefeito irá medidas cabíveis. Mas nas rodovias estaduais estamos passando pelo mesmo processo e nada é resolvido. Obrigado!**Responde o Sr. Secretário, diz:** que se for em lugar privado a prefeitura não tem essa responsabilidade. **Nada mais havendo, o Sr. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 26 do corrente mês e, em nome de Deus, encerrou os trabalhos. Para constar, foi a lavrada a presente Ata que após lida, discutida, aprovada e por todos assinada, será arquivada.**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO